

# Ganância no ensino

JOSE HELDER DE SOUZA



Caso a Constituinte venha a atender às absurdas reivindicações dos simoniacos donos de colégios — cometem o pecado de vender, a peso de ouro, o que há de mais sagrado, isto é, o saber, o ensino —, estaremos, por certo, perdendo a última oportunidade de promover a elevação cultural do povo brasileiro e capacitar nossa juventude a enfrentar os grandes desafios que as esperam no próximo século.

Uma das maiores causas de nosso atraso e subdesenvolvimento é, incontestavelmente, a incultura, o analfabetismo ou o semi-analfabetismo, a quase fobia ao livro. Situação esta decorrente da ineficiência do ensino, em especial o ministrado pelas entidades privadas que transformaram os colégios em balcão de armazém, os professores convertidos em proletários quando, outrora, foram verdadeiros sacerdotes. A crise agravou-se nos últimos vinte anos, quando o Governo privilegiou o ensino privado e violou a própria Constituição, restringindo ao mínimo as verbas federais para a educação. Ao **velho regime** interessava manter a massa na escuridão do analfabetismo e elitizar o ensino superior. O resultado está aí bem evidenciado na pobreza intelectual da juventude, demonstrada a cada ano nos exames vestibulares: rapazes e moças sem saber escrever corretamente em sua própria língua e a dizer asneiras sobre questões literárias, técnicas ou científicas dos conhecimentos humanos atuais. Uma lástima, a juventude vítima de colégios que exploraram o bolso dos pais sem, em contrapartida, ensinar suficientemente. Professores mal remunerados, sem condições de, pelo menos, preparar um bom plano de aulas e de expor

com razoável clareza essas aulas devido à balbúrdia das classes superlotadas de alunos, aos colégios interessando mais o lucro com a mensalidade de cada um do que mesmo levar a luz do saber àqueles pobres jovens.

A tese válida, para o Brasil que se espera venha a ser uma verdadeira democracia depois de elaborada a nova Constituição, é de que o ensino deve ser uma obrigação do Estado, a quem cabe proporcionar escola gratuita em todos os níveis, e ir mesmo além, possibilitando ou facilitando aos jovens saídos das universidades a especialização ou aperfeiçoamento de sua carreira.

Somente com quadros verdadeiramente preparados, com base de conhecimentos em todos os níveis, é que o Brasil poderá enfren-

tar o Século XXI, quando a sociedade humana estará ingressando num mundo altamente técnico. O Estado brasileiro, depois da Constituição de 1987, tem a obrigação de fazer grandes esforços para preparar sua juventude, sob pena de continuar dependente das grandes potências e mesmo de Estados emergentes que se estão preparando para enfrentar os grandes desafios vindouros.

A melhoria e desenvolvimento do ensino, prioritária e democraticamente ministrado, gratuitamente em todos os níveis, interessa, nacionalmente, não somente ao mundo científico em que iremos mergulhar nos próximos anos, mas mormente à cultura de um modo geral e, muito particularmente, ao mundo das letras.

Em 1985, quando se inaugurava a Nova República, os escritores brasileiros, cheios de esperanças e eufóricos por reingressarmos na Democracia, reuniram-se num congresso nacional, em São Paulo, de 17 a 21 de abril. Naquela ocasião por iniciativa da representação de Brasília — Antonio Carlos Osório, Alan Viggiano, Bernardo Ellis, Luizio Vale e este escreva — foi aprovada por representantes de todos os Estados brasileiros uma moção em que se pedia a universalização do ensino gratuito. Entendiam os escritores, como sempre aliás se entendeu, que sem leitores não pode haver literatura nacional — os livros se perdem nas mãos de meia dúzia de letrados, nunca chegam às massas. Considerou-se mesmo que para subsistir como nação, como uma sociedade não ágrafa, para mantermos nossa identidade, era absolutamente necessário não só alfabetizar nosso povo como também e sobretudo elevar seu nível cultural, fomentar o livro no qual deverão estar gravados nossos costumes, tradições e conhecimentos literários e científicos, a nossa história e nossa etnologia.

A conclusão a que se pode chegar, depois do fracasso do errôneo programa de incremento do ensino privado, é de que somente o Estado pode realizar a grande obra de instruir o povo e só a este mesmo Estado interessa educar sua população fora que sobrevivamos como povo, como nação culta e economicamente independente. Aos constituintes cabe, além de outras responsabilidades, a maior. A de abrir os caminhos para a recuperação do ensino e da cultura brasileira, senão nunca mais...

30 ABR 1987